

Neuropolítica nas eleições de 2018: O PSL e o voto afetivo

Leonardo Reisman¹

1. Introdução

A reconfiguração da política brasileira sacramentada pelas eleições de 2018 representa um vastíssimo campo de análise para a Ciência Política contemporânea. Ruuiu o tradicional eixo político-partidário nacional, vetor de organização dos últimos seis embates eleitorais nacionais (1994, 1998, 2002, 2006, 2010 e 2014), polarizados entre o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). A nova arquitetura partidária possui o PSL (Partido Social Liberal) como protagonista. Além do presidente da República, o partido elegeu 52 deputados federais, 4 senadores, 3 governadores e 76 deputados estaduais/distritais.

Das diversas óticas possíveis para a compreensão deste fenômeno, a escolhida pelo presente artigo baseia-se em duas análises: a primeira, de cunho analítico, se utiliza da literatura de tipologia de partidos políticos para classificar o PSL (Partido Social Liberal), na escala *policy/office/vote seeking*, criada pelo cientista político canadense Steven B. Wolinetz. A segunda, descritiva e propositiva, olha para o comportamento de seu eleitorado. Partindo do pressuposto de que emoção e razão se inter-relacionam e estimulam comportamentos políticos, apresentamos o modelo da Inteligência Afetiva (*Affective Intelligence Theory*) como possível teoria explicativa para a votação massiva nos candidatos do PSL. Em recente trabalho (Marcus, 2019), autores utilizaram o modelo para demonstrar que as emoções – especialmente o medo e a raiva – são determinantes no processo decisório dos eleitores que votam em líderes populistas da direita e extrema-direita e defendem políticas de perfil autoritário.

Argumentamos que diante de algumas características do PSL de 2018 - inconsistência programática, baixa representatividade prévia à eleição, e orientação *vote seeking* -, a explicação dos votos obtidos pelo partido não deve ser explicada a partir de um modelo puramente baseado na escolha racional, mas sim também levando em conta a dinâmica emocional dos eleitores como determinante para o resultado obtido.

¹ Diretor de Negócios, Ciência, Tecnologia e Inovação da BIOTIC S/A e membro da carreira de gestores governamentais do Ministério da Economia. Mestre e doutorando em Ciência Política pela Universidade de Brasília, certificado pela George Washington University (GWU) em Inovação em Governo e pela Indiana University (IU) em Liderança Pública.

2. Revisão da literatura: partidos políticos

Organização dos partidos políticos: as três ondas de estudos

Os estudos da Ciência Política que possuem os partidos políticos como objeto de análise (essencialmente em seu aspecto organizacional) reconhecem três ondas de modernização e adaptação desse tipo de organização. Consideramos importante trazê-las à tona para que sirvam como nosso fio condutor:

1) A primeira onda de adaptação e modernização dominou o intervalo entre 1890 e a primeira Guerra Mundial. Nesse período, as circunstâncias sociais, econômicas e políticas na Europa levaram a uma transformação do tradicional partido liberal do século XIX (partidos “cadre”/ de quadros) para os partidos de massa (ambas as nomenclaturas foram definidas por Duverger);

2) A segunda onda, colocada em movimento no pós-segunda Guerra, inaugurou o conceito de partido *catch-all*, termo desenvolvido por Otto Kirchheimer em 1965 (seu trabalho foi publicado em inglês em 1966);

3) O terceiro período de mudanças partidárias começou durante a década de 70 e levou a uma variedade de modificações no partido *catch-all*, com uma série de tipologias complementares. Ainda que não haja um consenso sobre um modelo consagrado dentro da terceira onda, utilizaremos os trabalhos de Katz & Mair (1995) e Wolinetz (2002) como paradigmas conceituais dentro desse período. Tal combinação, aliada a características do modelo *catch-all*, sugere um maior potencial analítico do que a utilização isolada de um dos dois modelos.

Partidos de quadro e partidos de massa

Maurice Duverger, no início da década de 50, escreveu um dos grandes clássicos da literatura mundial sobre organizações partidárias. Em sua obra, *Os partidos políticos*, o autor elaborou sua teoria geral dos partidos, influenciando todo o debate e a agenda de pesquisa sobre o tema na segunda metade do século XX.

Para Duverger (1970), os grupos parlamentares aristocráticos, diante do fenômeno da democracia representativa, viram-se obrigados a exercer o poder político em nome do povo, a partir da soberania popular, com mandatos fixo e renováveis. Essa mobilização para uma nova disputa eleitoral, não mais baseada em critérios de nobreza, mas sim no voto, foi a gênese dos chamados partido de quadros. Segundo o autor, o

partido de quadros (...) procura reunir pessoas ilustres para preparar as eleições, conduzi-las e manter o contato com os candidatos. Pessoas ilustres cujo nome, prestígio ou brilho servirão como caução ao candidato e lhe garantirão voz; técnicos notáveis que conhecem a arte de manipular os eleitores e de organizar uma campanha; notáveis financiadores que trarão o que há de mais essencial, o dinheiro. Aqui é a qualidade o que mais importa: o tamanho do prestígio, a habilidade da técnica, o montante financeiro. (Duverger, 1970, p.).

Seguindo o raciocínio, a evolução do ambiente eleitoral gerou uma arena cada vez mais competitiva: a ampliação e a universalização do sufrágio incluíram um contingente de pessoas (entre elas as massas proletárias) dispostas a participar da disputa eleitoral. Essa nova dinâmica fez emergir os chamados partidos de massas. Diferentemente dos primeiros, que tiveram uma origem endógena ao próprio sistema político, essas novas organizações vinham dos grupos sociais organizados, como, por exemplo, os sindicatos.

É importante apontar que o partido de massa seria o partido mais adaptado às condições impostas pela democracia moderna. O autor acreditava que a intensificação do processo democrático geraria o chamado “contágio pela esquerda”, na medida em que os partidos de quadros se veriam forçados a adotar diversas características dos partidos de massas.

Para Peres (2009), os partidos de quadros —geralmente burgueses— caracterizar-se-iam por: (a) pouca atividade de recrutamento, (b) atividade partidária apenas eleitoral, (c) financiamento autônomo das próprias elites partidárias, (d) pouca complexidade administrativa, (e) direção concentrada e personalista, (f) alto grau de disputa interna entre poucos e pequenos grupos desvinculados da base, (g) pouca consistência programática, (h) pouca importância dada a fatores ideológicos e (i) estrutura decisória descentralizada e pouco hierárquica. Os partidos de massas, por sua vez — os socialistas e comunistas—, apresentariam: (a) atividades de recrutamento permanentes, (b) atividades de propaganda e de doutrinação constantes, (c) contribuições financeiras dos membros ao partido, (d) uma organização complexa, com rede de unidades e subunidades políticas e uma burocracia permanente, (e) pouco personalismo das lideranças, (f) disputas internas orientadas por divergências ideológicas, (g) alta consistência programática, (h) grande relevância de fatores ideológicos e (i) uma estrutura decisória hierárquica e centralizada.

Partidos *catch-all*

O alemão Otto Kirchhemeier inicia a construção de sua tipologia partidária consagrada (partido do tipo *catch-all*) a partir de uma análise sobre as falhas dos maiores partidos europeus enquanto “correias de transmissão” entre a população em geral e as estruturas governamentais.

Como já anteriormente exposto, o surgimento desse tipo de partido encontra-se temporalmente localizado em uma “segunda onda” de modernização organizacional da política contemporânea, posterior a Segunda Guerra Mundial. Foi precedida por uma “primeira onda”, iniciada quase meio século antes, que produziu o chamado partido de massa, cujas características abordamos na seção anterior.

O autor aponta a quase extinção do partido burguês, do velho estilo da representação individual (Neuman, 1956), também conceituado como de partido de quadros (Duverger, 1956). De maneira paralela, os partidos de massa, produtos de uma era na qual havia uma rígida linha divisória entre as classes e estruturas de clivagens marcantes, transformava-se em um outro tipo de organização, que Kirchhemeier conceituou como partido *catch-all*.

Essa transformação, como dito, surge em um cenário de suavização dos acima referidos conflitos sociais tradicionais, fossem eles de classe ou de outra espécie. Além disso, no pós-guerra, o modelo de sociedade de consumo tipicamente norte-americano expandiu-se através da Europa Ocidental (cujos países passavam por um amadurecimento em seus modelos de *Welfare State*), que viu muitos de seus partidos políticos – muitos deles possuidores de características de partidos de massa – passarem a buscar ampliação de suas bases de apoio tradicionais, deixando seu caráter mais programático de lado enquanto elaboravam estratégias de maximização de voto. Essa trajetória de mudanças consistiu nas seguintes características:

- 1) Drástica redução na carga ideológica dos partidos (“desideologização”);

- 2) Fortalecimento das lideranças individuais (ou grupos de lideranças), que passaram a ser cobradas pela sua atuação em relação à sociedade como um todo, e não mais em relação a determinados grupos ou objetivos (inclusive aqueles que deram origem às respectivas organizações partidárias);

3) Perda da importância do papel do filiado enquanto indivíduo-militante, antes considerado fundamental, agora uma ameaça (enquanto símbolo vinculante a determinadas bandeiras) ao estilo *catch-all* que era perseguido;

4) Perda da ênfase na *classe gardée* (base eleitoral cativa, de origem classista, religiosa ou de outra variável ideológica) e foco no recrutamento de votos entre uma base mais ampla da população, garantindo o apoio de uma variedade de grupos de interesse.

Ora, tais características demonstram um abandono das estratégias de enquadramento intelectual e moral das massas, substituído quaisquer defesas programáticas outrora valiosas por bons desempenhos na arena eleitoral. Ora, tais desempenhos, em um cenário de expansão contínua do sufrágio, passam a exigir audiências cada vez mais amplas e em escala nacional, exigindo discursos que representem, o tanto quanto possível, defesas de assuntos de interesse também nacional, com baixo potencial para divergências. Se o partido não consegue alcançar a totalidade todos os eleitores, pode buscar angariar mais indivíduos de todos os grupos cujos interesses não lhe tragam algum conflito danoso. Pequenas diferenças entre reivindicações de grupos aparentemente conflitantes podem ser suavizadas por meio da ênfase em programas que beneficiem a ambos os grupos igualmente.

Destaque para a conclusão de Kirchhemeier que, adotando tom pessimista, questiona o desfecho da inevitável trajetória dos partidos de massa em direção ao modelo *catch-all*:

(...) o partido catch-all não pode ser muito mais racional do que seu amo: o eleitor individual. Não mais sujeito à disciplina do partido (...) - ou, como nos Estados Unidos, nunca sujeito à sua disciplina -, os eleitores poderão, por suas idiossincrasias e sua apatia, transformar o sensível instrumento do partido catch-all em algo bastante bruto para servir-lhe como um elo com os detentores do poder funcionais da sociedade. Então, ainda poderemos vir a nos arrepender do desaparecimento - mesmo que fosse inevitável - do partido de massa classista (...), assim como já nos arrependemos do desaparecimento de outras características do passado das civilizações ocidentais. (Kirschheimer, 2012, p.)

Partidos orientados pelo voto (*vote seeking*), partidos orientados por cargos (*office seeking*) e partidos orientados por políticas públicas (*policy seeking*)

O cientista político canadense Steven B. Wolinetz escreveu um importante artigo em 2002 (*Beyond the Catch-All Party: Approaches to the Study of Parties and Party Organization in Contemporary Democracies*), em que, após concisa revisão teórica das mais consagradas tipologias organizacionais dos partidos políticos (incluindo algumas das expostas no presente trabalho), propõe avançar rumo a um modelo dotado de maior aplicabilidade a outras regiões que não a Europa Ocidental.

Segundo o autor, as tipologias clássicas focam primariamente nessa região, enquanto as transições democráticas mais recentes ampliaram em grande número os partidos políticos fora do eixo parlamentarista (um bom exemplo é a América Latina e o fenômeno do presidencialismo de coalizão). Nesse sentido, sem ignorar os avanços até ali obtidos, o autor propõe uma nova tipologia, baseada em 3 classificações partidárias: partidos orientados pelo voto (*vote seeking*), partidos orientados por cargos (*office seeking*), partidos orientados por políticas públicas (*policy seeking*).

A distinção entre as três classificações foi formulada a partir de um trabalho de Strom (1990b), no qual a autora analisa as circunstâncias sob as quais determinados partidos apoiam ou ingressam em governos de partidos minoritários. Essas categorias, portanto, serviram até o trabalho de Wolinetz apenas para a construção de modelos e teorias sobre formação de coalizões.

A utilização dessas categorias para a análise organizacional dos partidos políticos deve levar em conta que as três dimensões não são mutuamente exclusivas. Partidos políticos comumente transitam entre as categorias dependendo das circunstâncias político-eleitorais, mas apresentam dominância em uma das três direções. Ainda seguindo Strom (1990b), Wolinetz apresenta um triângulo com as três orientações dispostas em cada uma de suas extremidades, conforme figura abaixo.

Triângulo de orientações partidárias

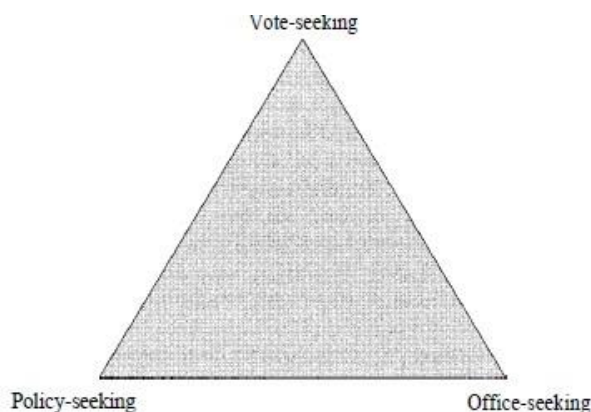


FIG. 6.1. *Primary emphases or orientations of political parties*
Fonte: Wolinetz (2002)

Partidos classificados dentro da região mais próxima da extremidade inferior esquerda são orientados por políticas públicas (*policy seeking*). Esse costuma ser entendido pela maioria das pessoas como o tipo ideal nas democracias liberais, na medida em que são orientados por programas bem definidos e ideologias bem articuladas. Esses programas podem apresentar grande grau de variabilidade, podendo ser focados em poucas ou muitas questões. Sua principal característica é a priorização na defesa de políticas específicas, mesmo que isso possa representar perda de votos ou cargos em diferentes momentos. Ainda que via de regra não possuam uma militância quantitativamente expressiva, essa costuma ser extremamente combativa dentro de seu escopo de ação. Os exemplos dados pelo autor incluem partidos de orientação ambiental e religiosa, além de novos entrantes localizados em ambos os espectros do eixo direita-esquerda.

Partidos mais próximos da extremidade superior são classificados como orientados pelo voto (*vote seeking*). São essencialmente distintos dos primeiros, já que suas posições políticas não estão restritas por ideologias, sendo habilmente manipuladas em busca de maximização de votos. Quando subsistem em uma sociedade com alto nível de heterogeneidade e sob regras de um sistema eleitoral do tipo *the winner takes all*, podem operar em coalizão, maximizando as chances da vitória eleitoral. Possui alto grau de semelhança com os já citados partidos *catch all*, na medida em que buscam atrair a maior parte possível dos votantes. Costumam estar organizados para a vitória eleitoral em todos os níveis (federal, estadual, municipal) aonde ocorram eleições. Se no passado

dependiam da mão-de-obra de seus filiados durante as campanhas (antes intensivas em trabalho), hoje passaram a depender muito mais das contribuições financeiras – sejam elas provenientes do Estado ou do setor privado (campanhas agora intensivas em capital, profissionalizadas pelo marketing eleitoral). A militância do partido, embora participe da escolha dos candidatos, tem pouca voz na definição das políticas. Alguns dos exemplos trabalhados pelo autor incluem os partidos norte-americanos (considerados grandes veículos eleitorais), cujo sistema de governo (presidencialismo) contribui para tal trajetória, dada a regra *the winner takes all*.

Partidos orientados por cargos possuem ênfase na ocupação de cargos estratégicos, mesmo que isso signifique sacrificar votos ou defesas de programas específicos. Na maioria dos casos buscam ocupar tais cargos em troca da promessa de estabilidade/equilíbrio institucional para o governo. Evitam compromissos programáticos e estratégias eleitorais agressivas que os afastem da imagem de membro ideal dentro da coalizão. No campo dos votos, buscam ganhar a quantidade de cadeiras necessária para assegurar sua inclusão e importância. Existem em diferentes formas, podendo ser grandes partidos que possuem fluxos de benefícios contínuos através de regras de patronagem até pequenos partidos que buscam legitimar-se a partir da entrada em uma coalizão. Outra importante característica é a presença de uma estratégia de não-atração de ativistas engajados com defesas programáticas para seu corpo de filiados. Quanto maior seu tamanho, mais provavelmente estará dividido em facções internas que competem por recursos comandados pelo partido.

É importante esclarecer que as três categorias até aqui dispostas não são consideradas tipos puros, perfeitamente correlacionadas com a totalidade de características de um partido político específico. Esses possuem características diversas, ora buscando votos, ora negociando cargos, ora defendendo bandeiras específicas. Para além disso, partidos não são unidades perfeitas e indivisíveis que se comportam de maneira uniforme, sendo que muitas vezes as divisões internas ocorrem justamente por um conflito de orientações entre alas distintas (caso do presente trabalho).

Na verdade, trata-se de posicionar nossos objetos de análise de acordo com a tendência mais frequentemente observável. Segundo o autor, na prática, poderemos sempre observar pelo menos características de duas das três categorias em determinado partido.

3. O caso do Partido Social-Liberal (PSL): origem, programa e conflitos

Os dados relativos à história do PSL aqui expostos são oriundos de diversas fontes jornalísticas, já que o site oficial do partido não traz nenhuma informação relativa à sua trajetória (Folha de São Paulo, 2018; O Estado de São Paulo, 2018; Revista Exame, 2018; O Globo, 2018; Gazeta do Povo, 2018).

Fundado em 30 de outubro de 1994 pelo médico Rogério Tuma, filho do ex-senador Romeu Tuma, o partido obteve o registro no TSE apenas 4 anos depois, em 1998. Neste mesmo ano, o empresário Luciano Bivar, atual presidente do partido, se elegeu deputado federal por Pernambuco. Além deste primeiro mandato, sua trajetória política conta com uma candidatura à Presidência da República em 2006, quando teve 0,6% (62.064) dos votos e a recente eleição para um segundo mandato de deputado federal, para a legislatura 2019-2023, quando obteve 117.943 votos.

Em relação ao seu posicionamento político, o estatuto do PSL (2011) o define como um partido social liberalista, forte defensor dos direitos humanos e das liberdades civis, defensor do Estado eminentemente regulador, a fim de garantir à população acesso de qualidade aos serviços públicos essenciais e fundamentais, como saúde, educação, segurança, liberdade, habitação e saneamento. Ainda de acordo com o documento, sua estrutura interna e organização se baseiam no respeito à soberania nacional, ao regime democrático, ao pluripartidarismo e aos direitos fundamentais da pessoa humana.

Curiosamente, em que pese a expressão da vertente liberal no estatuto, há um manifesto exposto no site do partido que defende o posicionamento conservador como pilar programático. Segundo o documento (PSL, 2019), conservador nos costumes é o cidadão que acredita em mudanças lentas, gradativas e naturais que ocorrem com o passar do tempo, mediante a evolução natural do homem e da sociedade. Não seria, portanto, o sujeito agarrado ao passado, opositor intransigente de avanços, comprometido em manter a todo custo as tradições existentes no seu habitat, mas sim aquele que respeita e deseja preservar as instituições (família, entidades religiosas, polícia, Poder Judiciário, entre outros) e costumes, de modo geral.

Uma das hipóteses dessa aparente inconsistência programática entre o espírito liberal e a forte defesa do conservadorismo é a recente ruptura entre o PSL e o movimento Livres, originalmente incubado e organizado dentro do próprio partido a partir de

lideranças diversas (incluindo Sergio Bivar, filho do presidente do partido), notadamente liberais, que vinham em uma trajetória ascendente desde 2016. De acordo com o site do movimento (LIVRES, 2019):

Em 2016, a partir da esperança de transformação política do Brasil, lideranças de diversas organizações em defesa da liberdade juntaram-se a Sérgio Bivar para fundar o Livres, um movimento com espírito de startup incubado como tendência partidária dentro do Partido Social Liberal com a missão de renovar o partido. Para cumprir essa missão, o Livres elaborou a sua carta compromisso com 17 princípios, iniciou o desenvolvimento de seu programa partidário, código de ética e *compliance*, modelo de governança, estatuto e uma inédita plataforma de participação política, sempre com o objetivo de impulsionar mudanças por dentro do próprio PSL e renovar o partido (LIVRES, 2019).

Descontentes com o apoio e a concessão da legenda ao candidato Jair Bolsonaro na eleição presidencial de 2018, decidiram romper com o partido e seguir como uma associação sem vinculação partidária. Tal ruptura, amplamente divulgada pela mídia, deu-se por divergências programáticas aparentemente insuperáveis entre o grupo e o candidato, portador de um discurso considerado conservador, especialmente no campo dos costumes. Antes do acordo entre a liderança nacional do PSL e o então pré-candidato Jair Bolsonaro, o Livres comandava 12 dos 27 diretórios estaduais da sigla e defendia uma agenda plenamente liberal. Entre os compromissos do movimento, estão pontos como “o governo deve respeitar o direito dos indivíduos adultos de consumir alimentos, bebidas e outras substâncias de acordo com suas escolhas, ainda que consideradas nocivas por terceiros” e “nenhuma legislação deve violar a igualdade de direitos por motivos de identidade de gênero, orientação sexual, etnia, raça, credo ou qualquer outra distinção juridicamente irrelevante. ”

Inconsistências programáticas à parte, o fato é que a aposta do PSL na candidatura de Jair Bolsonaro para a Presidência da República rendeu frutos eleitorais muito robustos em todas as categorias de disputas eleitorais, além da própria eleição presidencial. Na eleição para a Câmara dos Deputados, o partido passou de apenas 1 deputado em 2014 para uma bancada de 52 parlamentares, a segunda maior, atrás apenas da do PT, com 56. No Senado, onde não tinha representantes, elegeu 4 senadores em 2018. No Poder Executivo estadual, elegeu 3 governadores – não tinha nenhum em 2014. No somatório das Assembleias Legislativas dos Estados e na Câmara Legislativa do DF, passou de 16

deputados em 2014 para 76 em 2018. Fez bancadas estaduais fortes especialmente no Sul e Sudeste (São Paulo, Rio de Janeiro e Santa Catarina).

Diante dessas informações, e utilizando a tabela de indicadores abaixo, propomos uma categorização para o PSL em dois momentos no período recente, sendo o primeiro desde o surgimento do Livres até sua ruptura a saída do PSL e o segundo deste momento até os dias atuais. Tal categorização justifica-se pela disponibilidade de informações sobre o partido concentrar-se justamente nesse período.

Indicadores de orientação

Indicadores	Orientação dos partidos		
	<i>Policy</i>	<i>Vote</i>	<i>Office</i>
	<i>Debate político interno</i>		
Tempo dedicado ao debate dos programas nos encontros partidários	Alto	Baixo	Baixo
Característica do debate	Intenso, <i>issue-oriented</i>	Desfocado, difuso, <i>pro-forma</i>	Desfocado, difuso, <i>pro-forma</i>
Extensão e qualidade da participação	Extensivo, maioria dos membros do partido	Apenas lideranças ou comitês diretivos	Apenas lideranças ou comitês diretivos
Consistência das posições políticas assumidas	Alto	Médio-baixo	Médio-baixo
	<i>Campanhas eleitorais</i>		
Proeminência do debate de políticas públicas	Alto	Variável	Baixo
Direção da estratégia	Derivada das políticas públicas defendidas	Adequação do programa ao mercado eleitoral	Variável, estratégias de baixo risco eleitoral
Uso de novas técnicas eleitorais	Baixo para Médio	Alto	Baixo para Médio

Infraestrutura de Presente
suporte para a

Miníma;
exclusividade para
Miníma;
exclusividade para

formulação de políticas públicas (think tanks, fundações de pesquisa)		utilização por parte de detentores de cargos e lideranças partidárias	utilização por parte de detentores de cargos e lideranças partidárias
---	--	---	---

Fonte: Wolinetz (2002), traduzido pelo autor.

Tipologias aplicada ao caso do PSL

Período	Tipologia predominante	Características
2016-2018	<i>policy seeking</i>	debate político interno intenso e <i>issue-oriented</i> ; alta consistência das posições políticas assumidas; Infraestrutura de suporte para a formulação de políticas públicas (think tanks, fundações de pesquisa)
2018-Atual	<i>vote seeking</i>	debate desfocado, difuso, <i>proforma</i> ; Adequação do programa ao mercado eleitoral; uso de novas técnicas eleitorais durante a campanha;

Fonte: elaborado pelo autor

4. A teoria da racionalidade do voto, o papel das emoções e o modelo da Inteligência Afetiva

A teoria da racionalidade econômica do voto olha para os cidadãos como maximizadores de utilidade, que decidem suas escolhas a partir de uma análise de informações disponíveis sobre o desempenho atual do partido no governo, assim como dos eventuais benefícios de uma vitória da oposição (Downs, 1957). Entre as posições defendidas pelos adeptos desta escola, está a de que a avaliação retrospectiva é mais factível do que a prospectiva, com um acompanhamento racional das entregas realizadas durante o mandato. É o chamado voto prospectivo baseado na avaliação retrospectiva (Fiorina, 1981).

Em que pese a clareza da lógica proposta por essa escola, não cremos ser possível utilizá-la como único fator explicativo na análise do resultado obtido pelo PSL, seja do ponto de vista retrospectivo, dada a baixa representatividade histórica do partido

(ausência de informação prévia), seja pelo prospectivo, já que o programa de governo que vinha sendo construído pelo partido foi abandonado, conforme já apontado em seção anterior. Complementarmente, seria possível aplicar a lógica da análise racional ao desempenho do PT e PSDB em suas gestões anteriores e entender o resultado como uma espécie de punição diante de um eventual resultado negativo por parte do eleitor nesse tipo de análise, mas isso sozinho também não explica a escolha massiva pelo PSL.

Outra teoria derivada da escolha racional é a desenvolvida por Samuel Popkin (1994). Em sua obra, o autor apresenta o conceito de racionalidade de baixa informação, na qual diante da dificuldade de obter e processar informações, os eleitores se utilizam de atalhos (heurísticas) para decidir seu voto. As características pessoais do candidato, por exemplo, poderiam ser utilizadas pelo eleitor na hora da decisão. Trazendo a teoria para o caso concreto, não temos dúvida de que o candidato Jair Bolsonaro pode ser entendido como um atalho heurístico para milhares de eleitores posicionados no espectro conservador do eixo político-ideológico, o que ajuda a explicar o resultado. Entretanto, a teoria da racionalidade de baixa informação também não aborda algo que julgamos fundamental: o papel das emoções no processo decisório.

Três modelos teóricos focados no papel das emoções foram aplicados às teorias do comportamento político nos últimos 70 anos. O mais antigo é a teoria das atitudes. As teorias da avaliação cognitiva começaram a surgir na década de 1970. E, finalmente, o modelo da Inteligência Afetiva - AIT surgiu no final dos anos 80 (Marcus, 1988; Marcus & MacKuen, 1993; Marcus, Neuman, & MacKuen, 2000).

A teoria da atitude serviu de base para a explicação do “voto normal” para o comportamento eleitoral (Campbell, Converse, Miller, & Stokes, 1960). A abordagem apresenta a emoção como um dos três componentes de determinada atitude. Os outros dois são o cognitivo - o que sabemos sobre um objeto político - e o comportamental - o que fazemos com esse objeto. Segundo o modelo, a emoção é definida de forma unidimensional, variando em uma escala de intenso apreço a intenso desapeço. Essa avaliação emocional decorre do que sabemos sobre o alvo, ou seja, o componente cognitivo é um predicado necessário para gerar o componente afetivo.

Reduzir a experiência emocional a uma única dimensão parece ser contra-intuitivo, uma vez que é fácil identificar uma grande variedade de reações emocionais negativas e positivas distintas na vida cotidiana. De fato, uma abundância de pesquisas

empíricas logo surgiu para desafiar a perspectiva da unidimensionalidade na teoria da atitudes (Abelson, Kinder, Peters & Fiske, 1982; Cacioppo, Gardner, & Berntson, 1997; Tellegen, Watson, & Clark, 1999). Surgia então a teoria da avaliação cognitiva, segundo a qual as emoções existem em muitos estados discretos diferentes, como raiva, medo, esperança, orgulho, desgosto e tristeza.

Em que pese a inovação no mapeamento de diferentes tipos de emoção, a escola da avaliação cognitiva mantém a visão da teoria da atitude em dois pontos: o primeiro é uma certa predominância de apenas um estado emocional frente a outros em determinado momento; o segundo é a existência de um processo cognitivo anterior ao surgimento dos estados emocionais. É uma espécie de supervalorização do estado consciente, sendo essa a área de grande discordância entre essas teorias e o modelo da Inteligência Afetiva.

De fato, diversas pesquisas da neurociência ao longo do tempo demonstraram que a atividade neural inconsciente é, na verdade, responsável por grande parte do comportamento humano, com processos conscientes comumente servindo para fornecer significados semânticos posteriores (Zajonc, 1980, 1984) à análise inconsciente, onde as emoções desempenham um papel determinante. A questão posta pela AIT, portanto é a seguinte: como podemos mapear e entender as ações ocorridas nesse momento?

Dois axiomas (envolvendo as emoções entusiasmo, raiva e medo/ansiedade) são os elementos centrais da teoria:

1. O entusiasmo e a raiva permitem e afirmam a dependência de rotinas recorrentes pelas quais as pessoas administram suas vidas. Cada uma dessas afirmações reforça o sucesso imediato adequado e contínuo desses hábitos. O primeiro, o entusiasmo, lida com pensamentos e ações que asseguram resultados positivos. O segundo, a raiva, lida com o confronto recorrente diante a ameaças nocivas.
2. O medo deve desvincular as pessoas de confiar em seus hábitos de pensamento e ação. E, mais importante, um medo maior também deve levar a uma ampla busca de informações projetada para identificar uma compreensão contemporânea do caráter das novas circunstâncias, identificar as possíveis opções para lidar com essas circunstâncias e identificar as possíveis oportunidades para alcançar o caminho aparentemente melhor.

Nesse sentido, a teoria da inteligência afetiva defende que as múltiplas avaliações afetivas servem para possibilitar duas abordagens de julgamento: (1) uma abordagem padrão: confiança em práticas habituais, que é a confiança nas tradições; (2) um afastamento desse padrão, a deliberação aberta que deixa de lado a tradição e a “automaticidade” para avaliações ponderadas, de modo a produzir, considerar e, em seguida, decretar novas soluções para os desafios colocados por novas circunstâncias.

Em recente artigo (Marcus, Foucalt, Valentino & Vasilopoulos, 2019), os autores definiram duas hipóteses relativas aos axiomas, aplicando-as à análise comportamental de eleitores franceses em relação ao apoio a políticas autoritárias e grupos políticos de direita e extrema direita. As hipóteses estão focadas no papel do medo e da raiva, descritas a seguir, assim como os resultados parciais do estudo.

H1: A raiva serve para lançar defesas contra ameaças a normas fundamentais para os indivíduos. E, dada a importância dessas normas, sua proteção levará as pessoas a desconsiderar os benefícios ou custos específicos de quaisquer ações que venham a desafiá-las. Além disso, a raiva será tão mais poderosa entre eles aqueles que estão mais ligados a essas normas;

H2: O medo levará as pessoas a desconsiderarem as práticas existentes. As pessoas ansiosas poderão, assim, afastar-se dos hábitos normalmente em jogo e se preocupar com os melhores resultados possíveis.

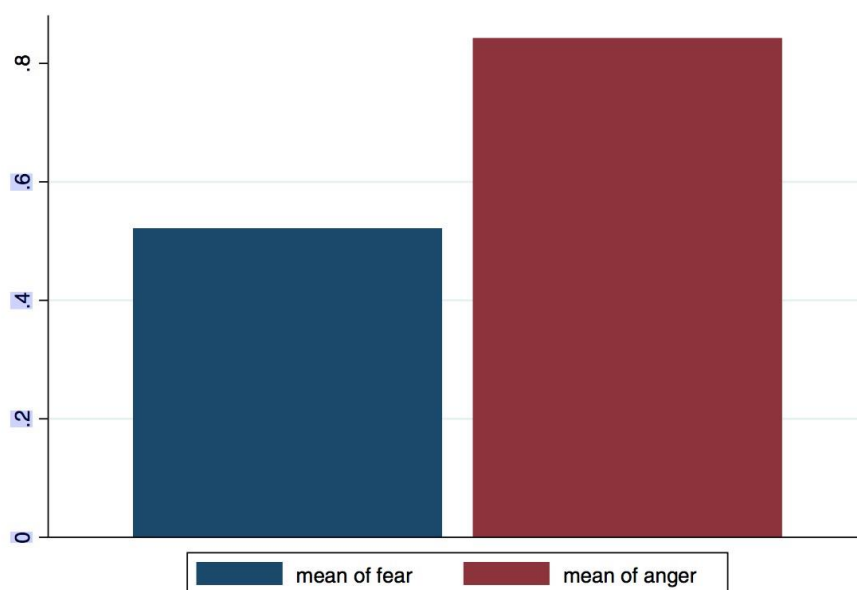
Em um dos estudos descritos, um dos autores foi convidado a apresentar uma medida para avaliar as reações emocionais da população francesa após os ataques ao Charlie Hebdo. Detalhes completos estão disponíveis em Vasilopoulos, Marcus & Foucalt (2018). A pesquisa em formato painel produziu uma amostra diversificada que combina a população em uma série de variáveis demográficas e consiste de 1.524 entrevistados em duas ondas, uma antes dos ataques do e uma três semanas depois. Os dados foram coletados pelo uso da Entrevista na Web Assistida por Computador (CAWI). A variável dependente é uma escala que consiste em uma série de itens que medem a adoção ou rejeição de preferências políticas autoritárias. Cada um desses itens foi medido usando opções de resposta de 4 pontos, com valores mais altos indicando maior suporte para a opção autoritária em cada uma das quatro políticas. Os quatro itens, que os autores combinaram em uma única escala somatória, são:

1. “A pena de morte deve ser restaurada na França”;

2. “A França deve ter um líder forte que não tenha que se preocupar com eleições ou com o parlamento ”;
3. “Há muitos imigrantes na França”; e
4. “O exército deve governar o país”.

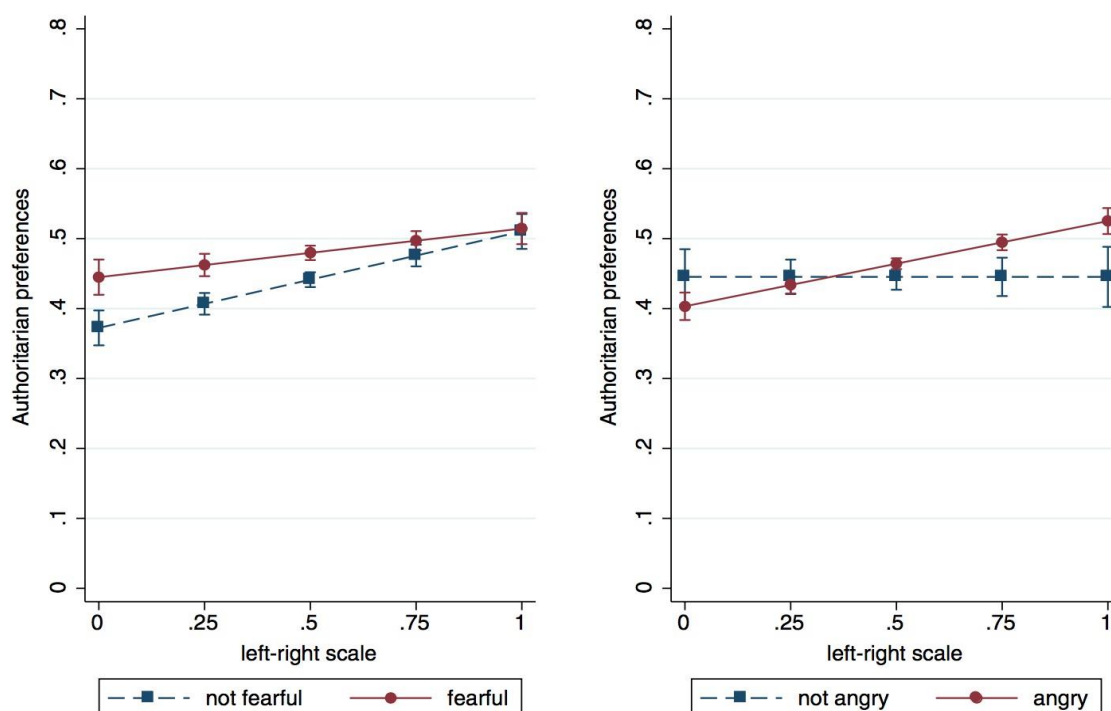
Os dados dos painéis foram utilizados para avaliar as mudanças de nível individual nas preferências autoritárias, como resultado das avaliações afetivas do público sobre os ataques terroristas. O método foi empregado diante da previsão de que - como é tipicamente o caso com atitudes políticas - as preferências autoritárias depois dos ataques são moldadas pelas atitudes dos entrevistados antes dos ataques, bem como pelo impacto dos próprios ataques.

A figura abaixo demonstra a proporção de pessoas no estudo sentindo medo e raiva. Como é visível, o francês demonstra estar com medo, mas ainda mais, ele relata sentir raiva.



Fonte: Marcus, Foucalt, Valentino & Vasilopoulos, 2019

A pergunta a seguir é :como o medo e a raiva condicionam o impacto da ideologia na mudança de atitude? A figura abaixo mostra que os eleitores franceses localizados no espectro da esquerda, levados pelo medo, passaram a apoiar políticas autoritárias por eles normalmente rejeitadas. Já os da direita, que estavam com raiva , reagiram para um apoio ainda mais radical e mobilizado em relação às políticas já apoiadas.



Fonte: Marcus, Foucalt, Valentino & Vasilopoulos, 2019

5. Conclusão

O presente artigo advoga pela insuficiência de uma explicação puramente racional para o fenômeno eleitoral de 2018, liderado pelo PSL e pelo candidato Jair Bolsonaro. Essa hipótese está ancorada em uma característica partidária *vote seeking*, com esvaziamento programático e representação partidária historicamente inexpressiva, o que em nossa opinião enfraquece a análise retrospectiva – cara aos modelos da escola racional

–, conforme já abordado em seção anterior.

O modelo cuja aplicação defendemos (*Affective Intelligence Theory*-AIT) propõe a predominância de estados emocionais como indutores de eventuais apreciações racionais. Nesse sentido, medo e raiva seriam determinantes enquanto vetores explicativos de comportamento eleitoral. As hipóteses aplicadas ao caso francês parecem ser replicáveis ao caso brasileiro, conforme proposto a seguir:

H1: A raiva serviu para lançar defesas contra ameaças a normas fundamentais para os indivíduos já localizados no campo da direita do espectro político brasileiro. A construção

de uma narrativa de ameaça à ordem (ancorada no antipetismo) fez com que esses eleitores se tornassem ainda mais mobilizados e politicamente engajados;

H2: O medo levou as pessoas a desconsiderarem as práticas eleitorais preexistentes. Eleitores moderados e localizados no espectro de centro e centro esquerda podem ter alterado seu voto diante da preocupação com a instabilidade institucional também derivada da aversão ao PT por grande parte da sociedade brasileira.

Conforme colocado, nosso intuito é provocar o debate e propor pesquisas empíricas (especialmente do tipo painel) que utilizem o quadro teórico-metodológico aqui proposto. Sem dúvida nenhuma, a reconfiguração do quadro partidário brasileiro e o ineditismo do resultado eleitoral de 2018 abrem as portas para um fortalecimento dos estudos de comportamento eleitoral no Brasil. Resta saber se o modelo racional ainda pode ser privilegiado enquanto fator explicativo predominante.

Bibliografia

ABELSON, R. P., KINDER, D. R., PETERS, M. D., & FISKE, S. T. (1982). Affective and semantic components in political personal perception. *Journal of Personality and Social Psychology*, 42(4), 619–630.

CACIOPPO, J. T., GARDNER, W. L., & BERNTSON, G. G. (1997). Beyond bipolar conceptualizations and measures: The case of attitudes and evaluative space. *Personality and Social Psychology Review*, 1(1), 3–25.

CAMPBELL, A., CONVERSE, P. E., MILLER, W. E., & STOKES, D. E. (1960). *The American voter*. New York, NY: John Wiley & Sons.

DUVERGER, Maurice (1970). *Os Partidos Políticos*. Rio de Janeiro: Zahar Editores;

DOWNS, Anthony (1957). *An economic theory of democracy*. New York: Harper and Row;

FIORINA, Morris. (1981) *Retrospective Voting in American National Elections*. new haven, Yale University Press.

FOLHA DE SÃO PAULO, 2019. Disponível em:
<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/02/conheca-a-trajetoria-do-psl-de-sigla-nanica-ate-bolsonaro-e-os-laranjas.shtml>. Acesso em: 04/06/2019

KATZ, Richard; MAIR, Peter. (2002) The Ascendency of the party in Public Office: Party Organizational Change in Twentieth-Century Democracies. In: GUNTHER, R.; MONTERO, J.;

KATZ, Richard; MAIR, Peter (1995) Changing Models Of Party Organization and Party Democracy. The Emergence of the Cartel Party. *Party Politics*, 01, 1995, pp. 5-28;

KIRSCHHEIMER, Otto (2012). A transformação dos sistemas partidários da Europa Ocidental. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 7. Brasília, pp.349-385;

KIRCHHEIMER, Otto. (1966). The transformation of the Western European party systems. In: La PALOMBARA, Joseph & WEINER, Myron (orgs.). *Political parties and political development*. New Jersey: Princeton University Press, p. 177-200;

MARCUS, G. E; FOUCALT, Martial; VALENTINO, Nicholas; & VASILOPOULOS, Pavlos (2019). Applying the Theory of Affective Intelligence to Support for Authoritarian Policies and Parties. *Advances in Political Psychology*, Vol. 40, Suppl. 1, 2019.

MARCUS, G. E. (1988). The structure of emotional response: 1984 Presidential candidates. *American Political Science Review*, 82(3), 735–761. Marcus, G. E. (2000). Emotions in politics. In N. W. Polsby (Ed.), *Annual review of political science* (Vol. 3, pp. 221–250). Palo Alto, CA: Annual Reviews.

MARCUS, G. E. (2002). *The sentimental citizen: Emotion in democratic politics*. University Park, PA: Pennsylvania State University Press.

MARCUS, G. E. (2003). The psychology of emotion and politics. In D. O. Sears, L. Huddy, & R. Jervis (Eds.), *Oxford handbook of political psychology* (pp. 182–221). Oxford, United Kingdom: Oxford University Press.

MARCUS, G. E. (2013). *Political psychology: Neuroscience, genetics and politics*. New York, NY: Oxford University Press.

MARCUS, G. E., & MACKUEN, M. B. (1993). Anxiety, enthusiasm and the vote: The emotional underpinnings of learning and involvement during presidential Campaigns. *American Political Science Review*, 87(3), 688–701.

LIVRES (2019). Disponível em: Acesso em: <https://www.eusoulivres.org/sobre/>. Acesso em: 06/06/2019.

O ESTADO DE SÃO PAULO (2019). Disponível em: <https://www.estadao.com.br/infograficos/politica,bancada-do-psl-e-mais-jovem-militar-e-empresaria-que-a-dos-demaais-partidos,932130>. Acesso em: 05/06/2019.

O GLOBO (2019). Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/09/24/psl-mais-que-dobra-numero-de-candidatos-e-desbanca-pt-nas-eleicoes-2018.ghtml>. Acesso em: 05/06/2019.

PERES, Paulo. (2009). Revisitando a Teoria Geral dos Partidos de Maurice Duverger. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais. Nº 68, 2009, pp. 17-58;

POPKIN, Samuel (1994) The Reasoning Voter: Communication and Persuasion in Presidential Campaigns. 2aed. Chicago, the University of Chicago Press, 1994.

PSL. Estatuto do Partido Social Liberal (2011). Disponível em: http://pslnacional.org.br/?page_id=27. Acesso em: 04/06/2019

PSL. Manifesto do Partido Social Liberal (2019). Disponível em: http://pslnacional.org.br/?page_id=27. Acesso em: 04/06/2019

STRØM, Kaare. (1990). Minority Government and Majority Rule, Cambridge, Cambridge University Press;

STRØM, K. (2000). Delegation and accountability in parliamentary democracies. European Journal of Political Research, 37, 261–289;

STRØM, K. & MÜLLER, W. C. (1999). The keys to togetherness: Coalition agreements in parliamentary democracies. The Journal of Legislative Studies, 5 (3), 255–282;

STRØM, K. & MÜLLER, W. C. (2008). Coalition agreements and governance. In K. Strøm, W. C. Müller, & T. Bergman (Eds.), Cabinets and Coalition Bargaining: The Democratic Life Cycle in Western Europe (pp. 159–199). Oxford: Oxford University Press

TELLEGEN, A., WATSON, D., & CLARK, L. A. (1999). On the dimensional and hierarchical structure of affect. *Psychological Science*, 10(4), 297–303.

VASILOPOULOS, P., MARCUS, G. E., & FOUCAULT, M. (2018). Emotional responses to the Charlie Hebdo attacks: Addressing the authoritarianism puzzle. *Political Psychology*, 39(3), 557–575.s;

WOLLINETZ, S. (2002). Beyond the Catch-All Party: Approaches to the Study of Parties and Party Organization in Contemporary Democracies. In: GUNTHER, R.; MONTERO, J.; LINZ, J. (Ed.). *Political Parties. Old Concepts and New Challenges*. Oxford: Oxford University Press.

ZAJONC, R. B. (1980). Feeling and thinking: Preferences need no inferences. *American Psychologist*, 35(2), 151–175.

ZAJONC, R. B. (1984). On the primacy of affect. *American Psychologist*, 39, 117–123